

ANDES encaminha proposta de carreira ao MEC e ao MPOG

O ANDES-SN realizou nos dias 25 e 26 de março, em Brasília, uma reunião do Setor das IFES que debateu e definiu, entre outros pontos, as diretrizes da campanha salarial 2011, o plano de carreira e o calendário de atividades para este ano. Representando a ADUFPB, esteve presente o presidente do sindicato, Jaldes Reis de Meneses.

A reunião contou com aproximadamente 20 entidades. "O desafio maior neste momento é abrir negociações, porque, depois do corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento autorizado pela presidenta Dilma Rousseff, o governo não tem acenado para negociações", destacou o presidente da ADUFPB. Jaldes ressaltou a importância da participação de todos os docentes nessa luta. "O professor precisa dispor de um tempo na carga horária para participar das atividades, porque este é um momento decisivo".

No primeiro dia de reunião do Setor das IFES, representantes das Seções Sindicais do ANDES-SN protocolaram nos ministérios da Educação (MEC) e do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) cópia da proposta de reestruturação da carreira elaborada pelo movimento docente.

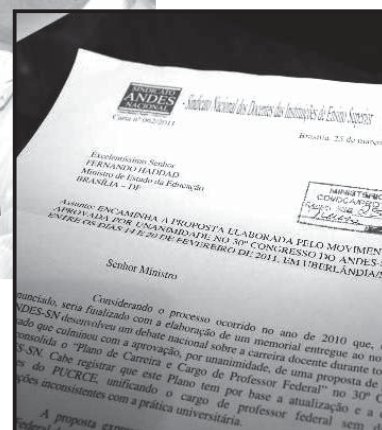
De acordo com a presidente do ANDES-SN, Marina Barbosa Pinto, a atividade faz parte do plano de luta do Setor das Federais, aprovado durante o 30º Congresso do ANDES-SN, realizado em Uberlândia, de 14 a 21 de fevereiro.

A proposta, denominada Plano de Carreira e Cargo do Professor Federal e confeccionada em formato de projeto de lei, foi construída pela base do movimento docente durante o segundo semestre do ano passado e aprovada por unanimidade no congresso da categoria.

No ofício encaminhado ao ministro, os docentes esclarecem que o plano proposto pelo Sindicato Nacional tem por base a atualização e a correção das distorções do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), conquistado pelos docentes em 1987, "unificando o cargo de professor federal sem dispersar em fragmentações inconsistentes com a prática universitária".



Representantes das Seções Sindicais do ANDES-SN protocolaram nos ministérios da Educação (MEC) e do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) cópia da proposta de reestruturação da carreira elaborada pelo movimento docente.



Principais diretrizes

A proposta de Carreira construída pelos professores sustenta-se, principalmente, em quatro diretrizes. A primeira é a carreira única para todos os professores das instituições de ensino superior, independente do nível de ensino a que estejam vinculados.

A segunda é o restabelecimento da isonomia por meio de remuneração única, que agrega o diferencial de titulação e de regime de trabalho em uma linha só no contracheque, eliminando todas as gratificações.

O projeto restabelece a paridade dos docentes da ativa com os aposentados e pensionistas, ao garantir que cada docente dessa parcela da categoria seja reenquadrado no mesmo patamar

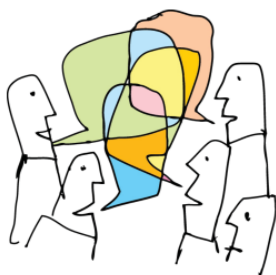
em que estava quando se deu a aposentadoria, garantidos todos os direitos.

Por fim, fixa uma estrutura de carreira dividida em 13 níveis, com degraus de 5% na referência salarial, a serem cumpridos a cada dois anos, o que permite que o professor atinja o topo da carreira em 25 anos. O modelo respeita o direito da professora mulher da educação básica de se aposentar após 25 anos de trabalho, como prevê a legislação, sem prejuízo de seu desenvolvimento na carreira.

O projeto também mantém em 3,1 vezes a diferença salarial entre o início e o topo da carreira, o que significa uma margem equilibrada de renda entre os companheiros da base da categoria.

EM PAUTA

Campanha Salarial 2011
Carreira Docente



ASSEMBLEIA GERAL

12/Abril - Litoral Norte

13/Abril - Areia e Bananeira

14 de Abril

Centro de Vivência da UFPB, às 9 horas

adufpb
 Seção Sindical do ANDES-SN

Eixos da Campanha Salarial 2011

definidos na reunião do Setor das IFES

- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores.
- Regulamentação/Institucionalização da negociação coletiva no setor público e direito de greve irrestrito.
- Retirada de Projetos de Lei (PL), Medidas Provisórias (MP) e Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos (PL 549/09, PL 248/98, PL 92/07, MP 520/09, e demais proposições).
- Cumprimento por parte do governo dos acordos firmados e não cumpridos.
- Paridade entre Ativos, Aposentados e Pensionistas.
- Definição de data base (1º de Maio).
- Política Salarial permanente com reposição, inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações.

Política de negociação salarial do ANDES com o governo Dilma

Estabelecimento de pontos comuns com os SPF:

- a) revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos, como preceitua a Constituição, em índice no mínimo igual à desvalorização monetária de acordo com o ICV DIEESE;
- b) estabelecimento de política salarial que recupere as perdas históricas;
- c) reivindicar do governo a retomada do processo de discussão com vistas à definição das Diretrizes Gerais para Planos de Carreira dos Servidores Públicos (DPC);
- d) reconhecimento da data-base em 1º de maio;
- e) restabelecimento dos anuênios;
- f) pagamento imediato de todos os precatórios pendentes.

Pontos da política salarial dos docentes das IFES:

- ♦ g) piso salarial para os docentes das IFES nos termos do artigo 7º, inciso 5º, combinado com o artigo 206, incisos 5º e 8º da Constituição Federal, R\$ 2.194,76 (valor do salário mínimo do DIEESE em 1º de janeiro de 2011), para docente graduado em Regime de Trabalho de 20 h;
- ♦ h) equivalência da remuneração e condições de trabalho dos professores substitutos com a dos docentes efetivos com a mesma titulação e regime de trabalho;
- ♦ i) manutenção dos valores destinados a cobrir as despesas de pessoal e encargos dos aposentados e pensionistas com recursos do Tesouro Nacional, no orçamento e na folha de pagamentos da IFE de origem. Esse pagamento não será incluído a título de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
- ♦ j) reversão do confisco nos proventos de aposentadoria e pensão decorrentes da exigência de contribuição dos aposentados e pensionistas à previdência, bem como dos impactos decorrentes da Lei nº 11.784/08.

PROPOSTA SALARIAL

- ♦ a) Incorporação de todas as gratificações ao vencimento, assegurando isonomia salarial pela remuneração integral e uniforme do trabalho prestado pelo professor do mesmo nível da carreira, mesmo regime de trabalho e mesma titulação;
- ♦ b) piso remuneratório de R\$ 2.194,76 (valor do salário mínimo do DIEESE em 1º de janeiro de 2011) para docente graduado, em Regime de Trabalho de 20 h;
- ♦ c) interstício de 5% entre os níveis da carreira;
- ♦ d) remuneração integral e isonômica dos integrantes de mesmo nível da carreira, que unifique em uma linha só no contracheque os percentuais correspondentes à titulação e regime de trabalho.

Os percentuais de acréscimos relativos à titulação serão: de 75% para Doutor ou Livre-docente; de 37,5% para Mestre; de 18% para Especialização; de 7,5% para Aperfeiçoamento. Tendo por base o regime 20 horas semanais, os percentuais de acréscimo relativo ao regime de trabalho serão: 100% para o regime de 40 horas; 210% para o regime de DE;

- ♦ e) paridade e integralidade para os aposentados;
- ♦ f) reposicionamento, de forma a resguardar a posição do docente, em relação ao topo da carreira na data da aposentadoria e garantia dos direitos decorrentes da aplicação do Art. 192, da Lei nº 8.112/90 (RJU), aos docentes que se aposentaram até 1997 e aos seus pensionistas.

AGENDA DE ATIVIDADES APROVADA NA REUNIÃO DO SETOR DAS IFES

DATA	ATIVIDADE
25/MARÇO	● Protocolo do PL Carreira no MEC/MPOG
28/MARÇO a 10/ABRIL	● Protocolar Pauta Campanha 2011 no MEC e MPOG; ● Envio da Pauta de Reivindicações dos docentes das IFES – CAMPANHA 2011 e o PL da Carreira aos deputados e senadores; ● Ato de lançamento do PL da Carreira em cada IFE; ● Audiência com reitores e diretores de Colégios de Aplicação para entregar o PL da Carreira e a Pauta de Reivindicações do Setor; ● Rodada de AG para discutir representação em plenária dos SPF do dia 14, participação no ato do dia 13 de abril em BSB e para construção ou atualização da pauta e agenda local; ● Solicitação de audiências no MEC, MPOG, ANDIFES; CONDCAP, reitores dos IF, Comissão de Educação da Câmara e do Senado.
13/ABRIL	● Ato unificado em BSB
14/ABRIL	● Plenária dos SPF em BSB
15 A 27/ABRIL	● Atividades de mobilização para preparação dos atos estaduais unificados (panfletagem com material da CNESF, entrevistas em rádios, eventos unitários com as demais categorias dos SPF); ● Contato com parlamentares federais nos estados; trabalho com a comunidade onde a universidade está inserida.
28/ABRIL	● Ato unificado nos estados, organizados pelas entidades dos servidores públicos, incluindo os estaduais, municipais e outros movimentos sociais
1 a 30/ABRIL	● Elaboração ou atualização das pautas locais; ● Elaboração de materiais específicos por segmentos da categoria e por local a partir da pauta nacional e das pautas locais; ● Trabalho na base com o InformAndes especial; ● Materiais de divulgação da proposta de carreira docente: centrar na proposta, politizando e explicando os seus eixos (vídeos, slides e encarte especial - Pontos a serem destacados: explicação das qualidades da proposta e dos problemas da proposta do governo (polemizar com a proposta do governo e qualquer outra que se contraponha, armando o movimento para o debate e a mobilização). Resgatar o histórico de luta pela carreira e o que perdemos utilizando a cartilha; ● Destacar composição salarial (única linha no contracheque/gratificações), mas valorizar o conteúdo estratégico para a construção de um projeto de educação efetivamente pública.
1º/ABRIL a 30/MAIO	● Movimentações por todo o país (“caravanas” nacionais - CaminhANDES) ● Visitas aos locais (unidades e subunidades) por universidades; ● Contatos com intelectuais, entidades científicas e outras da sociedade civil para apresentar a proposta de carreira docente; ● Ações de luta contra a MP 520 (debates, atos, atuação junto aos parlamentares, atuar nos fóruns em defesa da saúde pública nas três esferas).
7 e 8/MAIO	● Reunião do setor das IFES em Brasília, precedida de rodada de assembleias gerais das seções sindicais. Balanço do processo; trazer as pautas locais para socialização; definição dos próximos passos.

ADUFPB REALIZA

RODADA DE ASSEMBLEIAS DIAS 12, 13 E 14 DE ABRIL

AADUFPB realiza nova rodada de assembleias nos dias 12, 13 e 14 de abril. A primeira reunião acontecerá no campus Litoral Norte, que compreende os municípios de Mamanguape e Rio Tinto, às 9h.

A segunda será no dia seguinte, em Bananeiras, no mesmo horário. Já no dia 14 de abril, quinta-feira, a assembleia será realizada no Centro de Vivência do campus I, em João Pessoa, a partir das 9h.

A pauta da assembleia será **Informes, Campanha salarial e carreira docente, Eleição da ADUFPB e Mudanças regimentais**.

Ação contra desconto de férias está em tramitação na Justiça

A ação foi ajuizada em junho de 2010 e visa obter o direito da categoria não sofrer o desconto para seguridade social sobre todas as parcelas, de natureza eventual ou não...

A Assessoria Jurídica da ADUFPB informou esta semana que a ação ajuizada em junho passado pedindo o fim do desconto para seguridade social (PSS) sobre o abono de férias (1/3 de férias) e outros adicionais está em tramitação na 1ª Vara Federal de João Pessoa, aguardando, para o julgamento, apenas defesa da Universidade Federal da Paraíba.

Muitos professores vêm procurando o Sindicato para saber do andamento do processo. A Assessoria Jurídica informa que não é necessário o ajuizamento de ação individual para este caso, pois o processo atual já contempla todos os associados da ADUFPB.

A ação foi ajuizada em junho de 2010 e visa obter o direito da categoria não sofrer o desconto para seguridade social sobre todas as parcelas, de natureza eventual ou não, que não integrarão futuros benefícios da aposentadoria e pensão dos docentes substituídos, tais como a gratificação natalina e o abono constitucional de férias, gratificações e demais adicionais não incorporáveis aos proventos.

ADUFPB e outras entidades divulgam nota contra a MP 520

A ADUFPB e outras entidades divulgaram nota repudiando a edição da Medida Provisória 520, que institui a nova “estatal” na área de Educação e Saúde: a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

NÃO À PRIVATIZAÇÃO DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

A edição da medida provisória nº 520/2010 (MP 520), no último dia do segundo mandato do Presidente Lula, representa um retrocesso nos serviços essenciais providos pelo poder público, trazendo à baila, mais uma vez, o debate acerca da concepção de Estado. A manutenção da flexibilização das relações de trabalho com a terceirização nas universidades, por meio das fundações ditas “de apoio” (de direito privado); com as empresas de terceirização e, agora, com a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A (EBSERH) aprofunda as contradições existentes na formatação adotada pelo governo para o Estado brasileiro.

Os movimentos sociais e, em particular, as entidades sindicais estão atentos a esse processo. Não pode ser secundarizado o papel que a universidade pública brasileira cumpre na transformação social, no desenvolvimento e na soberania do país, e cabe lembrar que tal papel encontra-se intrinsecamente relacionado com o modelo de Estado. A precarização resultante do processo de terceirização fere o direito da(o) cidadã(o) brasileira(o), por constituir-se, com muita frequência, em canal de corrupção, clientelismo, nepotismo, e de rebaixamento da qualidade dos serviços públicos prestados à população. Além disso, questiona-se a opção do governo de repassar recursos públicos para a iniciativa privada, inclusive sem fiscalização dos órgãos de controle.

O cumprimento da função social da universidade e de seu papel no fortalecimento do Estado brasileiro, com a constituição da EBSERH, ficará profundamente comprometido nas áreas da educação e da saúde.

Assim, reafirmamos o nosso entendimento de que educação e saúde são direitos sociais, portanto, direitos da(o) cidadã(o) e deveres do Estado, não devendo ser mercantilizados, conforme preconiza a Organização Mundial da Saúde.

O acórdão nº 1520/2006 do Tribunal de Contas da União (TCU) deu ao governo Lula quatro anos para fazer concursos públicos, substituindo os 26 mil trabalhadores terceirizados dos hospitais universitários (HU), incluindo os hospitais da UFPB e UFCG, o que não ocorreu. Neste período, o movimento sindical e setores organizados da sociedade civil conseguiram barrar o projeto de lei complementar nº 92/2007 (PLP 92 Fundação Estatal de Direito Privado) nos diversos fóruns onde tal projeto foi apresentado.

A solução para a chamada crise dos HU's, resultado da progressiva redução de pessoal que assolou o setor público e da falta de investimentos para dar conta de toda a missão de atenção social (ensino, pesquisa, extensão e assistência) estão na retomada dos concursos públicos pelo Regime Jurídico Único RJU e pelo incremento financeiro no orçamento dessas unidades, para cumprimento de suas funções, com qualidade social, sem se esquecer da corresponsabilidade do Ministério da Saúde. A sociedade precisa, mais uma vez, estar ciente e participar deste debate e mais ainda os (as) trabalhadores(as) dos hospitais universitários, que poderão ser enganados neste processo.

Assinam ADUFPB, SINTESPB, DceUFPB, Sindisprev, CUT e CTB.

Projeto Sede de Leitura abre inscrições

Já estão abertas as inscrições para o projeto Sede de Leitura 2011, que promove o lançamento de livros de autoria de professores filiados à ADUFPB. Interessados em participar devem procurar, na recepção do Sindicato - localizada no Centro de Vivência do Campus I, em João Pessoa -, a funcionária Maria da Guia, preencher a ficha com dados pessoais e da obra, e deixar um exemplar do livro para o acervo do Sindicato e para servir de fonte na divulgação do livro na imprensa local. As inscrições começaram dia 23 de março e seguem até o dia 29 de abril.

O projeto Sede de Leitura tem como objetivo promover e divulgar o lançamento de livros de autoria dos professores da UFPB filiados ao Sindicato. O evento oferece um grande coquetel para convidados, com apresentação musical, na sede sociocultural da ADUFPB, localizada no bairro do Cabo Branco (próximo ao Jangada Clube). Ele conta, ainda, com o trabalho de divulgação no site da ADUFPB e nos diversos veículos de mídia (jornal, rádio, televisão, internet, cartazes e convites).

Este ano, o evento está previsto para ser realizado no dia 27 de maio, junto com a festa de inauguração da reforma da sede sociocultural.



Reprodução